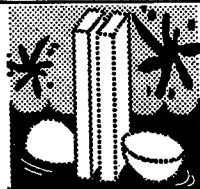


* 8 DEZ 1993



Segundo o ministro Canhim, Itamar quis, com o decreto que criou a comissão, dar “uma resposta à sociedade”

Comissão vai investigar o Executivo

■ Grupo de técnicos dará apoio à CPI e poderá até suspender licitações fraudulentas

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco assinou decreto, na noite de segunda-feira, criando comissão especial formada por cinco técnicos e destinada a executar diligências e investigações no Executivo, de interesse do Congresso Nacional, sobretudo da CPI do Orçamento. A comissão será presidida pelo ministro-chefe da Secretaria de Administração Federal (SAF), general Romildo Canhim, e vai atuar sempre que houver indícios de irregularidades em órgãos da administração direta e indireta do governo.

Entre as prioridades da comissão, segundo Canhim, estão

as denúncias de superfaturamento de obras públicas e de envolvimento de funcionários do Executivo com o esquema de corrupção na Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

Canhim reuniu-se ontem com o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), e com o vice-presidente da CPI do Orçamento, Odacyr Klein (PMDB-RS), explicando que a comissão será formada por técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU), da área de Orçamento e de Controle Interno. Quanto aos nomes dos técnicos que vão compor a comissão, o ministro disse que vai sugerir-los

ao presidente Itamar, a quem caberá a nomeação. Ao final da reunião, Odacyr Klein anunciou que encaminhará o assunto ao presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que ontem estava em viagem a São Paulo.

As investigações da comissão, segundo Canhim, começarão assim que a CPI do Orçamento enviar os documentos relativos a irregularidades detectadas no Executivo, o que deve acontecer nos próximos dias. “No momento, nossa prioridade é colaborar com a CPI. Mas isso não significa que a apuração vá parar com o fim da

CPI”, disse. Canhim explicou que os poderes da comissão são muito amplos, e vão atingir até mesmo as empresas estatais do governo.

Sobre a decisão de Itamar de criar a comissão, Canhim definiu-a como “uma resposta à sociedade”.

Além de investigar denúncias de irregularidades, a comissão especial terá poder para suspender concorrências fraudulentas, instaurar sindicâncias e inquéritos administrativos e propor ao presidente da República a apresentação de projetos ao Legislativo que sejam do interesse público.